

Mailson critica montagem dos planos de ajuste

por Mario Clara R. M. do Prado
de Washington

Ao discursar ontem na assembléia de governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro da Fazenda Mailson Ferreira da Nóbrega, criticou a maneira como são desenhados os programas de estabilização econômica para os países da América Latina, chamou a atenção para a necessidade de financiamentos externos como condição necessária ao desenvolvimento econômico sustentado dos países da região e observou, no que diz respeito ao crescente interesse em torno da medida de proteção ambiental, que a implementação de projetos nesta área amplia para os países em desenvolvimento a exigência de recursos que possam financiar os investimentos.

Os programas de ajuste macroeconômicos e estruturais podem ter o efeito, a curto prazo, de restabelecer a credibilidade neste tipo de política, mas não haverá credibilidade duradoura no programa econômico se for desenhado sem levar em conta a fraqueza da estrutura do país em questão. "Se realidades como a da pauperidade dos mercados, da fragilidade institucional e gerencial tanto do setor público como privado, a inexistência de capacidade crítica ou de uma base pobre de recursos humanos não forem consideradas no estabelecimento de condicionalidades e de critérios de performance, os programas de ajuste não serão efetivos", disse Nóbrega.

Ele colocou, ainda, que as condicionalidades devem ser enfocadas, monitoradas, reduzidas em número, seguir uma seqüência apropriada e devem ser circunscritas a variáveis que estejam sob o efetivo controle das autoridades do país. "Existe um consenso no sentido de que a responsabilidade primeira do desenho dos programas estruturais de ajuste deve permanecer com as autoridades nacionais do país em questão que, no final das contas, são as responsáveis pela implementação do programa. Apesar de serem bem-vindos o assessoramento e o diálogo com o Banco Mundial e o FMI, as autoridades nacionais têm que estar convencidas de que estes programas representam uma ação apropriada, realista e factível".

Ele destacou quatro elementos que considera cruciais para o suporte de programas de ajuste: a provisão de financiamento adequado no médio prazo; que os países industrializados não adotem medidas de ajuste recessivas; a redução das barreiras protecionistas e a redução da taxa real de juros.

Também o papel dos organismos oficiais de crédito, como financiadores do processo de ajuste dos países em desenvolvimento, foi lembrado, pois, mesmo que estes países busquem ampliar a poupança doméstica, a assistência financeira internacional requerida terá de envolver o crescente papel do setor oficial e "não se trata aqui de transferência de riscos do setor privado para o setor oficial, como é normalmente entendido, mas sim de uma transferência de tarefas do setor privado para o setor público".

Não haveria, para estes países, um desenho efetivo nem a implementação sustentada de programas de ajustes orientados para o crescimento sem que sejam encarados os problemas do peso da dívida. Isto significa, conforme colocou, que para muitos países "nós teremos de evoluir na direção de estimativas oficiais sobre a magnitude da dívida e sobre a redução da dívida que sejam consistentes com o alcance de um crescimento sustentado, ao invés de deixá-las para esquemas de negociação voluntária entre cada devedor individual e seu comitê assessor de bancos credores", externou Nóbrega, lembrando que esta abordagem vem sendo tentada há sete anos e que até agora não levou os devedores a lugar algum.

Sobre a questão ambiental, considerou que os programas exigem financiamentos externos por parte dos países industrializados, que na verdade são os que mais contribuem para a poluição do mundo. Para ilustrar esta necessidade, mencionou que, no Brasil, o custo de um projeto de investimento hidrelétrico cresceu cerca de 20%, devido às preocupações com o aspecto ambiental.

ACORDO — Informou-se, ontem, em Washington, que a Argentina assinará logo uma carta de intenções com o FMI. Isso representará a aprovação do programa econômico do novo governo de Carlos Menem por parte do FMI. Representantes do Fundo disseram que parece estar próximo um acordo com a Argentina.